

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O AJUSTE FISCAL PERMANENTE NO BRASIL: os perigos do novo arcabouço fiscal para a efetivação das políticas sociais

Adna Raquel Araújo de Souza¹

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade contribuir com o debate sobre os rebatimentos do ajuste fiscal nas políticas sociais, no contexto de crise estrutural do capital. As reflexões aqui apresentadas são orientadas pelos seguintes questionamentos: que movimento antecede o Novo Arcabouço Fiscal e em que medida essa nova âncora se diferencia do Teto de Gastos? Quais são os perigos dessa nova regra fiscal para a garantia das políticas sociais? Nesse sentido, pretendemos compreender, através de determinantes históricos, como se deu o processo que culminou na implementação do Teto de Gastos e do Novo Arcabouço Fiscal. Trata-se de um estudo bibliográfico que, à luz do materialismo histórico dialético, busca promover o debate crítico sobre os perigos do Novo Arcabouço Fiscal para as políticas sociais.

Palavras-chave: Novo Arcabouço Fiscal. Ajuste Fiscal. Política Social.

ABSTRACT

This study aims to debate on the implications of fiscal adjustment in social policies, in the capitalism structural crisis context. The guiding question consists of understanding what preceded Brazil's New Fiscal Rule, how it differs from the previous rule and, consequently, the dangers of this new fiscal rule for the guarantee of social policies. For this, we regard the historical determinants on the fiscal rule's implementation process. As a bibliographic study, based on dialectical historical materialism, seeks to promote critical debate about the risk for the social policies in Brazil's newer fiscal rules.

Keywords: Brazil's New Fiscal Rule. Fiscal Adjustment. Social Policy

1 INTRODUÇÃO

Ainda no ano de 2022, antes mesmo do novo governo ser empossado, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da transição foi aprovada e sancionada.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Graduanda em Administração Pública, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social; adnnaaraquel@hotmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Entre as inúmeras medidas apontadas pela PEC, esteve a determinação da apresentação de uma nova regra fiscal para substituir o teto de gastos, a ser apresentada até o dia 31 de agosto de 2023, por meio de um Projeto de Lei Complementar (PLP 93/23). O denominado “Novo Arcabouço Fiscal” projetado pela equipe de transição do governo Lula emerge como substituto, mas possui o mesmo objetivo que o seu “malsucedido” antecessor: controlar os gastos públicos e cessar o déficit primário.

Desse modo, partindo da premissa de que medidas precursoras são capazes de nos indicar predisposições, propiciando, em certo grau, uma delimitada análise prospectiva, propomos discutir neste ensaio os determinantes que suscitaram o desenrolar do Ajuste Fiscal permanente no Brasil.

Buscando não só interpretar a nova regra fiscal, mas também identificar seus possíveis impactos nas políticas sociais, analisaremos o movimento do qual ela sucede: A mundialização, a financeirização e o avanço neoliberal, que desembocam na reconformação da estrutura econômica de países de capitalismo dependente e periférico, e se manifestam no Brasil por meio contrarreforma do Estado e da política de Ajuste Fiscal. Realizaremos, portanto, ponderações sobre esse movimento de adequação, a fim de elucidar que a atual configuração do Estado brasileiro advém de um movimento iniciado no século passado, cuja conformação resulta da sua própria condição de capitalismo dependente.

2 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E FINANCEIRIZAÇÃO: DETERMINANTES HISTÓRICOS QUE ORIENTAM A CONFORMAÇÃO DA POLÍTICA DE AJUSTE FISCAL BRASILEIRA

A Mundialização do Capital diz respeito ao quadro onde a relação dos produtores, dentro do conjunto de processos de trabalho, é atualizada e passa a se apresentar como uma relação social externa a eles. Trata-se de “uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização” onde “a visão de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mundo e as prioridades do capital financeiro destinado às aplicações são quem dão forma ao capital em seu conjunto” (CHESNAIS, 2005, p.38).

Tal movimento emerge a partir da conformação de diversos fatores, dentre eles a necessidade de uma nova configuração do capitalismo (em decorrência da crise experienciada na década de 1970), a emergência dos processos de reestruturação produtiva e acumulação flexível (advindos do declínio do Welfare State e da crise do fordismo) e as transformações das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Aliada a essas transformações na escala produtiva, esteve a liberalização dos fluxos de capital entre os países, o que terminou facilitando a movimentação de recursos financeiros por todo o globo, proporcionando a criação de novos instrumentos financeiros, abrindo espaço para as novas formas de especulação e ganhos. Com a concentração de poder nesse setor, as instituições financeiras passaram a exercer um papel crucial na alocação de recursos e nas definições dos rumos da economia.

Outrossim, são as mudanças promovidas por essa transição que mais a frente orientarão a conformação dos Estados nacionais. Através da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) - impulsionada pela mundialização -, as atividades econômicas passaram por uma reconfiguração, onde a especialização produtiva foi quem apontou os papéis a serem desempenhados por cada país na cadeia global de produção.

Sabemos que durante os períodos de crise, a dinâmica do capital tende a desenvolver estratégias que possibilitem ao mercado chegar aos patamares de lucros anteriormente alcançados. Se no pós-segunda guerra sua estratégia foi a política de Bem-Estar Social orientada pelo keynesianismo, na década de 1970 o que se observou foi a adoção de políticas de cunho neoliberal, com a finalidade de garantir o aumento das taxas de lucro via extração da mais-valia.

Assim, impulsionada pelas políticas neoliberais, a financeirização abriu terreno para precarização do trabalho e, fazendo uso da desregulamentação, por meio da insegurança dela decorrente, buscou assegurar formas lucrativas de investimento. Essas foram medidas que geraram grandes impactos nas formas de organização do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalho, fazendo com que as empresas não só reduzissem os custos de produção com a desregulamentação trabalhistas, mas também aumentassem a flexibilidade na contratação, de maneira a adaptar a força de trabalho às demandas do mercado, aumentando a competitividade.

Mas não acaba por aí. A especulação financeira, advento da financeirização, passa a ser uma forma lucrativa de investimento, isso porque além da integração dos mercados globais e das inovações, esteve a velocidade das transações financeiras - que possibilitou aos investidores a compra e venda de ativos de maneira mais fácil e rápida-, a volatilidade dos mercados financeiros - que criou oportunidades para os especuladores lucrarem com as flutuações dos preços decorrente de eventos políticos, econômicos ou até mesmo da própria especulação - e os resultados financeiros a curto prazo - que tinham como ênfase o rápido aumento dos lucros.

Nessa conjuntura, onde há uma concentração de poder nas mãos das grandes instituições financeiras e de investidores que para nós são estrangeiros, países de capitalismo periférico como o Brasil, possuidores de uma economia voltada principalmente à exportação de commodities, tornam-se vulneráveis às flutuações de preços do mercado internacional, ou seja, à relação dos fluxos de capital estrangeiro. Assim, ocorre um aumento das responsabilidades dos mercados financeiros nas esferas nacionais, onde a busca por ganhos financeiros leva investidores estrangeiros a adquirirem títulos da dívida pública, fornecendo recursos para o país em troca do pagamento dos juros e, posteriormente, do valor principal investido.

Na particularidade brasileira, não podemos ignorar que sua condição de dependência decorre da sua própria formação histórica. A dívida pública do país emerge, por exemplo, no contexto da independência, quando o novo governo imperial consequentemente assume as despesas deixadas pela coroa Portuguesa. A realização de empréstimos internacionais e a emissão de títulos da dívida acompanha, portanto, a história da formação do Estado brasileiro.

No decorrer da sua história, principalmente no contexto do financiamento dos grandes períodos de desenvolvimentismo (Era Vargas, Governo de Juscelino

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Kubitschek e durante a ditadura militar), o governo brasileiro executou a aquisição de inúmeros empréstimos. A dívida pública externa do país é, portanto, proveniente dos empréstimos internacionais, composto principalmente pelos títulos das dívidas que são emitidos pelo governo no mercado internacional.

Ademais, a partir da nova conformação da economia mundial, aos países de economia dependente se demandou a implementação de ações para o controle de áreas fundamentais do Estado, de maneira que estas viabilizassem a superação do estado de crise através, principalmente, da priorização do pagamento da dívida pública, dos juros e encargos, do desmonte dos serviços socioassistenciais e da privatização de empresas públicas, pois “quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de ‘parceiros sólidos’ na periferia dependente e subdesenvolvida” (FERNANDES, 2020, p.291).

Nesse contexto, é preciso assinalar que tais requerimentos são emitidos não somente pelos investidores (que utilizam seu poder para pressionar o Estado por políticas econômicas favoráveis aos investidores, além de impor condições rigorosas, altas taxas de juros e até mesmo restrições de acesso ao crédito), mas principalmente pelas grandes instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que através de “orientações” advindas das assistência técnica e política (que por sua vez são exigência para a concessão dos empréstimos) requerem a execução de programas de ajuste estruturais e de desenvolvimento econômico.

3 A DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO NO CONTEXTO DO AJUSTE FISCAL PERMANENTE

Como vimos, o processo de mundialização do capital trouxe consigo inúmeras mudanças, sendo estas capazes de refletir a dinâmica do sistema em sua busca pela maximização dos lucros. Mesmo diante de tantas mudanças, o capitalismo central seguiu buscando novas formas de acúmulo e expansão de capital, desembocando

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



assim, no contexto do capitalismo dependente, na adoção de políticas neoliberais de reestruturação e/ou reordenamento das esferas estatais. Foi a partir desse momento que o Brasil passou a experienciar um processo de intensificação de abertura comercial, defesa da privatização, legitimação das desregulamentações e adoção de políticas de arrocho fiscal.

A abertura comercial se manifesta na medida em que o país abre seus mercados, promovendo reduções tributárias, derrubando barreiras comerciais. Seu objetivo é facilitar o acesso do capital estrangeiro no mercado nacional, pautando-se no discurso da competitividade e do investimento. As privatizações e as desregulamentações, aliadas à austeridade fiscal e a própria abertura para entrada do capital estrangeiro, são para nós ponto crucial para o entendimento da atualidade, isso porque são elas que nos fornecem as tendências que culminam na adoção de políticas de reformas e de ajuste. A defesa pela privatização de empresas públicas emerge com a finalidade de aprofundar as parcerias público-privadas, almejando a transferência da responsabilidade da prestação de serviços públicos para os setores privados, sob o discurso de redução de custos e eficiência². Já a busca pela legitimação da desregulamentação aparece principalmente por meio da flexibilização das leis e regulamentações trabalhistas. No tocante às políticas de austeridade fiscal, estas são implementadas com o propósito de lidar com os problemas fiscais e com a dívida, buscando o “equilíbrio” orçamentário.

Nesse sentido, com o aval do ideário neoliberal, a partir da década de 1980 se iniciou no país uma série de reformas, que se configuraram, na verdade, enquanto a “Contra-reforma do Estado” brasileiro (BEHRING, 2008). Por meio da implementação de um conjunto de mudanças estruturais e políticas, o capital buscou redefinir o papel do Estado na sociedade e na economia, a fim não só de reduzir seu poder sobre a regulação do mercado, mas também de afastá-lo, tanto quanto fosse possível, da sua responsabilidade pelas demandas sociais. Assim, através da política de Ajuste Fiscal,

² E por falar em eficiência, nesse momento também há uma ênfase no conceito de gestão gerencial e eficiência. Esse foco surge como aparato do capital para inserção de técnicas e práticas de gestão do setor privado na administração pública.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



o Estado passou a adotar medidas para controle inflacionário, realizando alterações tributárias, buscando assegurar a redução dos gastos sociais, tudo em prol da possível “estabilidade econômica”.

Para nós, a política de Ajuste Fiscal é a expressão política mais notável das ações neoliberais no Brasil, pois ela consiste na adesão de um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado, orientadas pelo movimento internacional do capital, cujo objetivo é garantir a realização de superávits primários para assegurar o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, viabilizando assim, a realocação contínua de boa parte do fundo público para mercado financeiro. Segundo Salvador (2010), essas são medidas de socorro ao capital em tempos de crise, sendo, ao longo dos anos, desenvolvidas pelo Estado brasileiro através do apoderamento das renúncias fiscais e das contribuições sociais destinadas à Seguridade Social.

Uma das principais vigas da sustentação macroeconômica tem sido a política fiscal, que no lado das receitas governamentais promoveu uma forte isenção dos impostos dos mais ricos e aumentou a regressividade do sistema tributário; e, no lado das despesas, viabilizou a realização de sucessivos superávits primários, como sinalizador de economia de recursos orçamentários para pagamento de juros da dívida pública (SALVADOR, 2017, p.4)

O Ajuste Fiscal implica, portanto, na limitação e redução progressiva dos investimentos nas políticas sociais, isso porque para garantir seu objetivo, são realizados cortes nos gastos públicos, que por sua vez recaem sobre os gastos sociais, resultando na diminuição de recursos para políticas essenciais, tal como a saúde, a assistência social, a educação e a habitação, promovendo não só a desestruturação das políticas públicas e da rede de proteção social, mas principalmente resultando na intensificação da desigualdade e no agravamento da situação de pobreza. Para Brettas (2020, p.234)

A política de ajuste fiscal e seu desdobramento sobre as disputas pelo fundo público são a expressão deste novo momento, no qual a criação das condições que permitem a ampliação da rentabilidade financeira passa a ser indispensável para a garantia das margens de rentabilidade do grande capital.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



E onde entra o debate da disputa pelo fundo público? Pois então, por ser uma peça chave para o orçamento público³, conseqüentemente, para o controle e destinação dos recursos detidos pelo Estado, o fundo público passa a integrar uma disputa, que por sua vez reflete em si as lutas de classes da sociedade capitalista. De um lado, a burguesia e o capital financeiro que, tencionando proteger (e ampliar) o capital e as vantagens por ele adquiridas, busca a manipulação e o controle do fundo público, do outro, a classe trabalhadora e os setores populares que lutam por uma “fatia” maior do fundo público, objetivando garantir o financiamento das políticas sociais, investimentos em infraestruturas e melhorias nas condições de vida.

É a partir dessa disputa que começamos o debate sobre os exorbitantes juros da dívida pagos pelo orçamento federal, que por sua vez se configuram enquanto os principais alimentadores do Capital Portador de Juros (CPJ) e do capital fictício. Segundo Salvador (2017, p.6), o fundo público exerce ao menos quatro funções na economia capitalista

a) o financiamento do investimento capitalista, por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução da base tributária das empresas e de seus sócios; b) a garantia de um conjunto de políticas sociais que asseguram direitos e permitem também a inserção das pessoas no mercado de consumo, independentemente da inserção no mercado de trabalho; c) assegura vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, e nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas; e, d) assegura no âmbito do orçamento público a transferência na forma juros e amortização da dívida pública para os detentores do Capital Portador de Juros.

Conforme o autor, esse é um processo que tem se desenvolvido de forma estratégica ao longo dos anos, estabelecendo-se através de diversos mecanismos, dentre eles a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

³ O orçamento público é um importante instrumento de planejamento e execução para as finanças públicas. A partir da constituição de 1988, o ciclo orçamentário passou a ser integrado pelo Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual. Essas leis possuem como objetivo central integrar as atividades de planejamento e orçamento, garantindo a efetivação das políticas governamentais em todos os níveis (SALVADOR, 2014).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Inicialmente criada na década de 1990 como Fundo Social de Emergência (FSE), a DRU tinha como objetivo principal estabilizar a economia após a implementação do Plano Real. De acordo com informações da Agência Senado, a DRU é um mecanismo que possibilita à União utilizar livremente 20% dos tributos federais que, por lei, estavam vinculados a fundos ou despesas específicas. É importante ressaltar que as contribuições sociais constituem a principal fonte desses recursos desvinculados, representando aproximadamente 90% do montante total. Na prática, a desvinculação

“permite que o governo aplique os recursos destinados a áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário. A DRU também possibilita o manejo de recursos para o pagamento de juros da dívida pública” (AGÊNCIA SENADO, [s.d]).

Prorrogada inúmeras vezes desde sua criação, no ano de 2016 foi garantida a DRU sua extensão até este ano, 2023, onde através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 31/16, à União ficou resguardado o direito de realocar livremente até 30% das receitas obtidas, podendo inclusive destiná-la para o pagamento da dívida pública.

A LRF, por sua vez, tem o propósito de estabelecer um conjunto de diretrizes financeiras públicas na esfera pública que busquem promover a responsabilidade na administração fiscal, através de medidas que previnam riscos e corrijam desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas. De acordo com o Ministério da Fazenda, a Lei Complementar 101/2000 (LRF) tem como princípios fundamentais o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização.

A lei estabelece, em regime nacional, parâmetros para gasto público de cada ente federativo. As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal de União, estados e municípios e do Distrito Federal, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira da administração pública, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores. De acordo com a medida, cada aumento de gasto precisa estar previsto em fonte de financiamento correlata, e os gestores precisam respeitar questões relativas ao fim de cada mandato, não excedendo o limite permitido e entregando contas saudáveis para seus sucessores (Agência Senado, [s.d]).

PROMOÇÃO



APOIO

Estes são instrumentos de apropriação financeira, onde a priorização do pagamento dos juros, encargos e amortizações da dívida se desenvolve no país sob a máxima da credibilidade do país no mercado financeiro. No ano de 2021, por exemplo, o presidente do Banco Central, Campos Neto, disse durante uma entrevista que é necessário colocar o país em recessão para se recuperar a credibilidade⁴. Daí a importância de mecanismos como a DRU que garantem, independentemente dos tipos de governo, meios para o fortalecimento da acumulação capitalista.

No entanto, como bem sabemos, todo esse esquema engendrado ao longo dos anos e intensificado na última década foi incapaz de assegurar a realização contínua de superávit primário. Foi diante desse contexto que surgiu o golpe de 2016, que visava a tomada do poder por alguém totalmente alinhado com os objetivos burgueses. A Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016 (EC 95/16), tratou-se, de certo modo, como a institucionalização do ajuste fiscal permanente no país. Denominado enquanto o Novo Regime Fiscal (NRF), a EC 95/16 estabeleceu o limite das despesas primárias da União pelos próximos 20 anos, fixando um “Teto de Gastos” para a despesa da União, tendo sempre como base o valor pago no ano anterior, corrigido apenas pela inflação, atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

3.1 O legado do Teto de Gastos: compreendendo o papel do Novo Arcabouço Fiscal

O golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 serviu enquanto pano de fundo para a real estratégia do capital no país: a implementação de um instrumento legal realmente capaz de garantir a efetivação das políticas neoliberais ainda mais aprofundadas via medidas de austeridade fiscal nos setores empresariais⁵ e

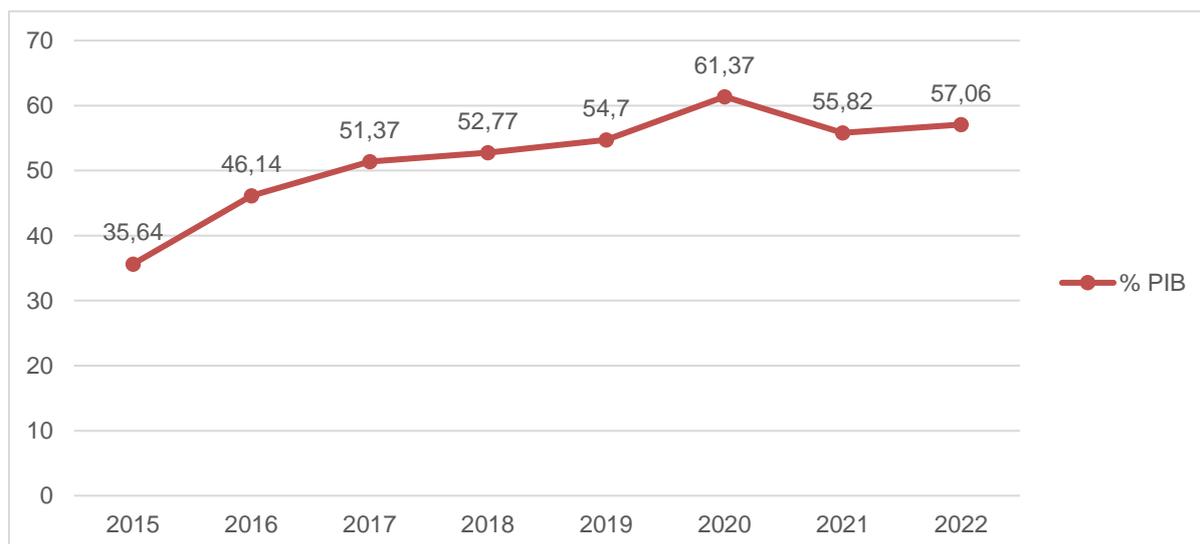
⁴ Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/voce-tem-que-colocar-o-pais-em-recessao-para-recuperar-a-credibilidade-diz-campos-neto/>

⁵ Por setor Empresarial nos referimos ao conjunto formado pelas unidades produtivas do Estado, onde suas organizações e gestão são executadas de maneira empresarial. A exemplo citamos as empresas públicas e as empresas com participações estatais.

financeiros do Estado. Com a agenda neoliberal priorizada, a contrarreforma estrutural seguiu o seu curso, apresentando novas configurações às estruturas formativas do Estado e impondo limites orçamentários às despesas discricionárias, atingindo diretamente as políticas sociais - que por sua vez passaram a lidar com a estagnação e com o desfinanciamento de recursos concomitantemente ao aumento das demandas sociais.

No tocante a dívida pública, construímos uma tabela para demonstrar sua variação ao longo dos anos, especialmente a partir de 2015, quando se intensifica o processo do ajuste fiscal no país. Para isso, utilizamos dados disponíveis no Ipeadata, considerando sempre o mês de dezembro de cada ano, demonstrando a dívida líquida do setor público em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB).

Gráfico 1 – Dívida Pública Total em % PIB



Fonte: Ipeadata (2023).

Com o gráfico acima conseguimos perceber que, mesmo com a EC 95/16 estabelecendo um limite de gastos para a União e buscando a “superação do desequilíbrio das contas públicas”, a dívida pública seguiu crescendo com o passar dos anos. No ano da implementação da Nova Regra Fiscal, em 2016, a dívida aumentou de quase 30% em comparação ao ano anterior e com o passar dos anos

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

seguiu crescendo. No ano de 2020 houve um aumento significativo da dívida em decorrência da Pandemia do COVID-19⁶ e isso precisa ser considerado, tendo em vista que passou a ser incluído gastos não previstos. Nos anos de 2021 e 2022, vemos uma redução em comparação ao ano anterior – o que possui relação com o controle da pandemia.

No decorrer dos anos, diante da sua rigidez, o Teto de Gasto passou a ser visto enquanto ineficiente. Daí uma das supostas razões pela qual foi necessária a adoção de uma política mais “flexível” como o Novo Arcabouço Fiscal. Flexível porque, diferentemente do Teto de Gastos, onde as despesas não podiam crescer para além da inflação, esse novo regime assegura que os gastos cresçam mais que a inflação, de maneira que “em momentos de recessão ou de baixo crescimento, crescerão menos, mas, ainda assim, acima do IPCA” (EBC, 2023). Ademais, para além de estabelecer um limite para o crescimento das despesas (entre 0,6% e 2,5%, com relação a receita do ano anterior e valores corrigidos pela inflação), essa nova regra fiscal poderá trazer punições no caso de descumprimento das medidas (via contingenciamento de despesas discricionárias, por exemplo)⁷.

Consideramos que o relatório do Cajado agravou sobremaneira as normas de contratação de gastos públicos, limitando fortemente a capacidade do Estado de fazer justiça social e comandar um novo ciclo de desenvolvimento. Se já eram preocupantes os limitantes originais para o crescimento de despesas primárias, determinados por um teto de 2,5% na evolução anual, acima da inflação, novas travas adotadas, como os chamados gatilhos, tornam o cenário ainda mais perigoso. Mesmo que sejam superadas as metas de resultados primários, apenas 70% do eventual saldo excedente poderá ser liberado como investimentos. No entanto, caso essas metas não sejam alcançadas, além do crescimento dos gastos cair para 50% de expansão das receitas, as demais punições previstas são draconianas, com evidentes reflexos negativos sobre os serviços públicos, como a proibição de realização de concursos e o congelamento do salário do funcionalismo”, afirma Carol Dartora, Deputada federal PT/PR. (BDF, 2023)

⁶ A crise sanitária provocada pelo SARS-CoV-2 trouxe consigo inúmeras questões (não somente epidemiológicas, mas também sociais, econômicas, políticas e culturais), desvelando a importância das políticas sociais para a segurança e desenvolvimento do país. O debate sobre o Ajuste Fiscal na pandemia fica como sugestão para outros estudos.

⁷ Indicações do Deputado Claudio Cajado (PP/BA), relator da proposta.

PROMOÇÃO



APOIO





Nesse sentido, compreendemos que não se tratou de uma melhoria, da adoção de uma alternativa viável ou até mesmo da tentativa de “despolarização” do país – como disse o Ministro Fernando Haddad⁸ – pois esse novo regime é tão ameaçador quanto o seu antecessor. A PLP 93/2016 é a demonstração das escolhas proferidas pelo governo eleito, que já eram sinalizadas em sua campanha: a manutenção da adequação do Estado brasileiro aos ditames do capital.

4 CONCLUSÃO

Discutir sobre o Ajuste Fiscal permanente é uma tarefa desafiadora, pois como bem sabemos a realidade nos é posta através de suas multifacetadas expressões, e para compreendermos uma determinada ação ou acontecimento, é preciso desvencilhar as vendas do imediato e do aparente. Entender o Ajuste Fiscal, portanto, nos implicou apreender como se deu o seu desenvolvimento histórico, identificando suas relações com os acontecimentos e com os sujeitos, além dos papéis assumidos nesse contexto.

Ao construirmos esse estudo, buscamos assimilar as informações sob a máxima de que os dados se constituem enquanto parte das expressões da política de ajuste, mas atentando que eles, por si só, não são capazes de indicar as problemáticas que envolvem toda a complexidade desse movimento.

Nesse sentido, mais do que evidenciar o movimento de desfinanciamento e desmonte das políticas sociais em detrimento da priorização do pagamento da dívida, o presente trabalho demonstra a importância da temática e orienta a problematização dos direcionamentos assumidos pelos governos contrarreformistas.

Através dos novos rumos “puramente econômicos”, a burguesia traveste seu verdadeiro objetivo (manutenção da transferência de recursos públicos) enquanto preocupação com a credibilidade do país.

⁸ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/haddad-diz-que-novo-arcabouco-fiscal-vai-despolarizar-o-pais>.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Concluimos, portanto, que há no Brasil a instituição de um Ajuste Fiscal permanente, demarcado principalmente a partir do ano de 2016, com a EC 95/16. Percebemos ainda que assim como o Teto de Gastos, o Novo Arcabouço Fiscal se apresenta enquanto um grave retrocesso para nossa história, se configurando enquanto um passo à frente apenas para a firmação das políticas neoliberais no país, ameaçando a efetivação das políticas sociais e atingindo diretamente a possibilidade de realização de novos concursos públicos, de reajuste salarial dos funcionários públicos e até mesmo a garantia do piso nacional da enfermagem recém sancionado, por exemplo.

Nesse sentido, frisamos que a luta pela revogação da PLP 93/2023 é imediata!

REFERÊNCIAS

BDF. Brasil de Fato. **Novo arcabouço fiscal supera teto de gastos, mas limita investimentos públicos.** Por Frédi Vasconcelos e Pedro Carrano. Curitiba, PR. Maio, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/26/novo-arcabouco-fiscal-supera-teto-de-gastos-mas-limita-investimentos-publicos#:~:text=As%20diferentes%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20e%20analistas,nova%20regra%20fiscal%20%C3%A9%20melhor.>

BERHING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo : Cortez Editora, 2008.

BRASIL. Desvinculação de Receitas da União. **DRU.** Agência Senado. {Brasília, DF}. [s.d]

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil.** Rio de Janeiro : Consequência, 2020.

CHESNAIS, François. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro:** reflexões e alternativas. Universidade Vale do Taquari de Ensino Superior, UNIVATES, 2005.

EBC. Empresa Brasil de Comunicação. **Entenda a diferença entre novo arcabouço e teto de gastos.** Agência Brasil. Por Wellton Máximo. Brasília, DF. Maio, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/agencia-brasil-explica-diferenca-entre-novo-arcabouco-e-teto-de->

PROMOÇÃO



APOIO

